Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 8, de 2013

Autoria: Senador Ricardo Ferraço (MDB/ES)

Iniciativa:

Ementa:

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir as disposições propostas no Projeto de Resolução do Senado nº 1, apresentado em 4 de fevereiro de 2013, em iniciativa do Poder Executivo, tendo como convidados os governadores de todos os Estados brasileiros.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Destino: -

Último local: -

Último estado: 12/03/2013 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA

TRAMITAÇÃO

12/03/2013 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Ação: Em reunião realizada nesta data, colocado em votação, a Comissão aprova a prejudicialidade do Requerimento nº 8 de 2013.

07/03/2013 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, agendada para o dia 12/03/2013.

05/03/2013 SF-CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Reunida a Comissão nesta data, é lido pelo Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, o Requerimento nº 8/2013, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço.

DOCUMENTOS

RQE 8/2013

Data: 05/03/2013

Autor: Senador Ricardo Ferraço (MDB/ES)

Local: Comissão de Assuntos Econômicos

Ação Legislativa: Reunida a Comissão nesta data, é lido pelo Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, o Requerimento nº 8/2013, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço.

Descrição/Ementa: Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir as disposições propostas no Projeto de Resolução

Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 8, de 2013

DOCUMENTOS

do Senado nº 1, apresentado em 4 de fevereiro de 2013, em iniciativa do Poder Executivo, tendo como convidados os governadores de todos os Estados brasileiros.

Requerimento.

Data: 12/03/2013

Autor: -

Local: Comissão de Assuntos Econômicos

Ação Legislativa: Em reunião realizada nesta data, colocado em votação, a Comissão aprova a prejudicialidade do Requerimento nº 8 de 2013.